

Fernando Capez

Procurador de Justiça. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017).

Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Presidente do PROCON-SP de janeiro de 2019 a março de 2022.

CURSO DE PROCESSO PENAL

30ª edição
2023

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva *jur*

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Iris Ferrão

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Laudemir Marinho dos Santos
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Adriana Aguiar

Revisão Lígia Alves

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C241c Capez, Fernando
Curso de Processo Penal / Fernando Capez. –
30. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.

616 p.

ISBN: 978-65-5362-610-2 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Processo Penal.
I. Título.

2022-3533

CDD 345
CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Penal 345
2. Direito Penal 343

Data de fechamento da edição: 9-12-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

10684

CL

608057

CAE

819257

ÍNDICE

Sobre o Autor	VII
Abreviaturas	IX
Prefácio	XIII
1. Introdução	1
1.1. Conceito de processo penal	1
1.2. O processo penal e o direito de punir	1
1.3. Conteúdo do processo penal	2
Questões	3
2. Jurisdição	3
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio	4
2.2. Autotutela	4
2.3. Autocomposição	5
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	5
2.5. Características da jurisdição	6
2.5.1. Substitutividade	6
2.5.2. Escopo de atuação do direito	7
2.5.3. Inércia	7
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade)	8
2.5.5. Lide	8
2.6. Princípios próprios da jurisdição	8
2.6.1. Investidura	8
2.6.2. Indelegabilidade	8
2.6.3. Inevitabilidade	9
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional)	9
2.6.5. Juiz natural	9
2.7. Finalidades da jurisdição	10
2.8. Espécies de jurisdição	10
2.9. Jurisdição necessária	10
Questões	11
3. Processo	11
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual	11
3.2. Elementos identificadores da relação processual	12

3.2.1.	Sujeitos processuais.....	12
3.2.2.	Objeto da relação processual.....	13
3.2.3.	Pressupostos processuais.....	13
3.3.	Formas do procedimento.....	14
3.4.	Princípios informadores do processo penal.....	16
3.4.1.	Legalidade.....	16
3.4.2.	Verdade real.....	17
3.4.3.	Imparcialidade do juiz.....	18
3.4.4.	Igualdade processual.....	19
3.4.5.	Contraditório.....	19
3.4.6.	Ampla defesa.....	20
Jurisprudência.....		21
3.4.7.	Da ação ou demanda.....	21
3.4.8.	Da disponibilidade e da indisponibilidade.....	22
3.4.9.	Oficialidade.....	22
3.4.10.	Oficiosidade.....	22
3.4.11.	Autoritariedade.....	23
3.4.12.	Indisponibilidade.....	23
3.4.13.	Da verdade formal ou dispositivo.....	23
3.4.14.	Da verdade material ou da livre investigação das provas.....	23
3.4.15.	Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	24
3.4.16.	Do impulso oficial.....	24
3.4.17.	Iniciativa das partes (<i>ne procedat judex ex officio</i>).....	24
3.4.18.	<i>Ne eat judex ultra petita partium</i>	25
3.4.19.	Da persuasão racional do juiz.....	25
3.4.20.	Da motivação das decisões judiciais.....	25
3.4.21.	Publicidade.....	26
3.4.22.	Lealdade processual.....	27
3.4.23.	Economia processual.....	27
3.4.24.	Celeridade processual.....	27
3.4.25.	Duplo grau de jurisdição.....	28
3.4.26.	Estado de inocência.....	29
3.4.27.	<i>Favor rei</i>	30
3.4.28.	Juiz natural.....	30
3.4.29.	Identidade física do juiz.....	31
3.4.30.	Promotor natural.....	31
3.4.31.	Devido processo legal.....	32
3.5.	Pretensão punitiva.....	32
3.6.	Tipos de processo penal.....	33
3.6.1.	Acusatório.....	33
3.6.2.	Inquisitivo.....	33
3.6.3.	Misto.....	33
Jurisprudência.....		34
Questões.....		36

4. Eficácia da lei processual penal	36
Jurisprudência.....	39
Questões.....	40
5. Eficácia da lei processual penal no espaço	40
Questões.....	41
6. Imunidades	41
6.1. Imunidades diplomáticas	41
6.2. Imunidades parlamentares.....	42
6.3. Imunidade material.....	42
6.4. Imunidade processual.....	43
6.5. Imunidade prisional	44
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	45
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades.....	45
6.8. Imunidade para servir como testemunha.....	46
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio	46
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001	47
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República.....	47
Jurisprudência.....	47
Questões.....	48
7. Interpretação da lei processual penal	48
7.1. Conceito.....	48
7.2. Espécies.....	48
7.3. Interpretação da norma processual.....	49
7.4. Formas de procedimento interpretativo.....	49
Questões.....	49
8. Analogia	49
8.1. Conceito	49
8.2. Fundamento	49
8.3. Natureza jurídica.....	50
8.4. Distinção.....	50
8.5. Espécies.....	50
8.6. Norma processual	50
Jurisprudência.....	50
Questões.....	51
9. Fontes do direito processual penal	51
9.1. Conceito	51
9.2. Espécies.....	51

9.3.	Fonte de produção	51
9.4.	Fonte formal	51
9.5.	Costume	52
9.6.	Princípios gerais do direito	52
9.7.	Lei processual	52
Questões		52
10.	Inquérito policial	52
10.1.	Conceito.....	52
10.2.	Polícia judiciária	53
10.3.	Competência e atribuição	53
Jurisprudência.....		55
10.4.	Finalidade	55
10.5.	Inquéritos extrapoliciais.....	55
Jurisprudência.....		57
10.6.	Características.....	57
10.6.1.	Procedimento escrito	57
10.6.2.	Sigiloso	57
10.6.3.	Oficialidade.....	58
10.6.4.	Oficiosidade.....	58
10.6.5.	Autoritariedade	58
10.6.6.	Indisponibilidade.....	58
10.6.7.	Inquisitivo	58
Jurisprudência.....		59
10.7.	Valor probatório	60
Jurisprudência.....		60
10.8.	Vícios	61
Jurisprudência.....		61
10.9.	Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	61
Jurisprudência.....		62
10.10.	Dispensabilidade	62
Jurisprudência.....		62
10.11.	Incomunicabilidade.....	62
10.12.	<i>Notitia criminis</i>	63
10.13.	Início do inquérito policial	64
10.13.1.	Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º)	64
10.13.2.	Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º).....	65
10.13.3.	Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º)	66
10.14.	Peças inaugurais do inquérito policial	66
Jurisprudência.....		67
10.15.	Providências.....	67

10.16. Indiciamento	70
Jurisprudência.....	72
10.17. Encerramento	73
10.18. Prazo	74
10.19. Prazos especiais	76
10.20. Contagem do prazo.....	77
Jurisprudência.....	77
10.21. Arquivamento	78
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público	79
Jurisprudência.....	81
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas.....	82
Questões.....	84
11. Ação penal	84
11.1. Conceito	84
11.2. Características.....	84
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro	84
11.4. As condições da ação penal.....	85
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	86
11.4.2. Interesse de agir.....	86
11.4.3. Legitimação para agir	87
Jurisprudência.....	89
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	90
11.5.1. Titularidade	90
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade.....	90
11.5.3. Princípio da indisponibilidade.....	91
11.5.4. Princípio da oficialidade	92
11.5.5. Princípio da autoritariedade.....	92
11.5.6. Princípio da oficiosidade	92
11.5.7. Princípio da indivisibilidade	92
11.5.8. Princípio da intranscendência	93
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal.....	93
11.6. Ação penal pública condicionada.....	94
11.6.1. Conceito.....	94
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação	94
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	94
11.6.4. Natureza jurídica da representação	95
11.6.5. Titular do direito de representação.....	95
11.6.6. Prazo.....	96
11.6.7. Forma.....	98
11.6.8. Destinatário.....	98
11.6.9. Irretratabilidade	99

11.6.10.	Não vinculação.....	99
11.6.11.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	100
11.6.12.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	101
Jurisprudência.....		101
11.6.13.	Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006	101
Jurisprudência.....		101
11.7.	Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	102
11.7.1.	Conceito.....	102
11.7.2.	Fundamento	102
11.7.3.	Titular	102
11.7.4.	Princípio da oportunidade ou conveniência	103
11.7.5.	Princípio da disponibilidade	103
11.7.6.	Princípio da indivisibilidade	103
11.7.7.	Princípio da intranscendência	104
11.8.	Ação penal privada: espécies.....	104
11.8.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita.....	104
11.8.2.	Ação privada personalíssima.....	104
11.8.3.	Subsidiária da pública.....	105
11.8.4.	Ação penal secundária	105
11.9.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	105
11.10.	Prazo da ação penal privada	106
11.11.	Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	107
Jurisprudência.....		108
Questões.....		108
12. Denúncia e queixa.....		108
12.1.	Conceito	108
12.2.	Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal.....	108
Jurisprudência.....		111
12.3.	Omissões.....	112
12.4.	Prazo para a denúncia (CPP, art. 46).....	112
12.5.	Prazo para a queixa (CPP, art. 38).....	113
12.6.	Aditamento da queixa.....	113
12.7.	Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP.....	114
12.7.1.	Inépcia da denúncia ou queixa	114
12.7.2.	Ausência de pressuposto processual	114
12.7.3.	Ausência de condição para o exercício da ação penal.....	114
12.7.4.	Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	116
12.8.	Fundamentação no recebimento.....	116
12.9.	Recurso.....	117
12.10.	Absolvição sumária	117

12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida	117
Jurisprudência.....	117
Questões.....	118
13. Ação civil <i>ex delicto</i>	118
Questões.....	122
14. Sujeitos processuais.....	122
14.1. Juiz penal.....	123
14.2. Prerrogativas e vedações.....	124
14.3. Ministério Público.....	125
14.4. Prerrogativas e vedações.....	126
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	127
14.5.1. Unidade e indivisibilidade.....	127
14.5.2. Independência.....	127
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88).....	127
14.6. Querelante	128
14.7. Acusado.....	128
14.8. Identificação.....	129
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	129
14.10. Outras garantias fundamentais	131
14.11. Defensor.....	132
14.12. Defensor constituído.....	134
14.13. Defensor dativo	134
14.14. Curador	135
14.15. Assistente	135
14.16. Ministério Público e ação penal privada.....	136
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica.....	138
14.18. Admissão	140
14.19. Atividades do assistente	141
14.20. Prazo para interpor recurso.....	144
Jurisprudência.....	145
Questões.....	146
15. Competência.....	146
15.1. Conceito de jurisdição.....	146
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição”	147
15.3. Princípios da jurisdição	147
15.4. Características da jurisdição.....	147
15.5. Competência	147
15.6. Conceito de competência	148
15.7. Espécies de competência	148

15.8. Como saber qual o juízo competente?	148
Jurisprudência.....	160
15.9. Outros critérios para saber qual o juiz competente.....	160
15.10. Diferença entre competência material e competência funcional.....	161
15.11. Competência absoluta e relativa.....	162
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária	162
15.13. Delegação de competência.....	162
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal.....	163
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais....	163
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	165
15.17. Competência pela natureza da infração.....	165
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004).....	168
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004).....	169
15.18. Competência por distribuição.....	169
15.19. Competência por conexão	170
15.19.1. Espécies de conexão	170
15.20. Competência por continência	171
15.21. Foro prevalente	171
15.22. Separação de processos	173
15.23. Competência por prevenção.....	173
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	174
Jurisprudência.....	175
Questões.....	176
16. Prisão	176
16.1. Introdução.....	176
16.1.1. Finalidade das regras da prisão provisória	176
16.1.2. Prisão provisória: imprescindibilidade	176
16.1.3. Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso	177
16.1.4. Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hi- póteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar	177
16.1.5. Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisó- ria.....	178
16.1.6. Modificações operadas no instituto da fiança.....	178
16.1.7. Aplicação da lei processual penal no tempo.....	178
16.2. Conceito.....	179
16.3. Espécies de prisão.....	179
16.4. Mandado de prisão.....	180

16.5.	Prisão em domicílio	181
16.6.	Prisão em perseguição.....	182
16.7.	Prisão fora do território do juiz	182
16.8.	Custódia	182
16.9.	Uso de algemas	182
16.10.	Prisão especial	186
16.11.	Prisão provisória domiciliar	187
16.12.	Prisão em flagrante.....	187
16.12.1.	Espécies de flagrante	187
16.12.2.	Flagrante nas várias espécies de crimes	190
16.12.3.	Sujeitos do flagrante.....	190
16.12.4.	Auto de prisão em flagrante	192
16.12.5.	Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policia.....	196
16.12.6.	Prisão em flagrante por apresentação espontânea.....	197
16.12.7.	Audiência de custódia.....	197
16.13.	Prisão preventiva	198
16.13.1.	Conceito.....	198
16.13.2.	Natureza.....	198
16.13.3.	Presunção da inocência e prisão cautelar	198
16.13.4.	Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus commissi delicti</i> ...	199
16.13.5.	Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum libertatis</i>	200
16.13.6.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva	201
16.13.7.	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	202
16.13.8.	Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventi- va	202
16.13.9.	Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária.....	202
16.13.10.	Prisão preventiva domiciliar	205
16.13.11.	Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal	206
16.13.12.	Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indi- ciado preso.....	207
16.13.12.1.	Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva	207
16.13.13.	Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem ofereci- mento da denúncia: possibilidade.....	208
16.13.14.	Fundamentação.....	208
16.13.15.	Revogação.....	209
16.13.16.	Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista	209
16.14.	Prisão temporária	209

16.15.	Medidas cautelares	212
16.15.1.	Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	212
16.15.2.	Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas.....	213
16.15.3.	Rol de medidas cautelares	214
16.15.4.	Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas	215
16.15.5.	Ressalvas legais.....	215
16.15.6.	Decretação das medidas cautelares	215
16.15.7.	Contraditório	216
16.15.8.	Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	216
16.16.	Liberdade provisória	216
16.16.1.	Conceito.....	216
16.16.2.	Espécies.....	217
16.16.3.	Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança.....	218
16.16.4.	Competência para a concessão.....	218
16.16.5.	Recurso	218
16.16.6.	Liberdade provisória com fiança	218
16.16.6.1.	A liberdade provisória como regra.....	218
16.16.6.2.	Conceito de fiança criminal.....	218
16.16.6.3.	Natureza cautelar	219
16.16.6.4.	Momento para concessão da fiança.....	219
16.16.6.5.	Modalidades de fiança.....	219
16.16.6.6.	Arbitramento da fiança: critérios para a concessão ...	220
16.16.6.7.	Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	220
16.16.6.8.	Reforço da fiança.....	220
16.16.6.9.	Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	220
16.16.6.10.	Momento e competência para a sua concessão	220
16.16.6.11.	Prática de mais de um crime passível de fiança	221
16.16.6.12.	Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva.....	221
16.16.6.13.	Quebramento da fiança.....	221
16.16.6.13.1.	Efeitos do quebramento da fiança.....	221
16.16.6.14.	Perdimento da fiança.....	221
16.16.6.15.	Cassação da fiança.....	222
16.16.6.16.	Infrações inafiançáveis	222
	Jurisprudência.....	222
	Questões.....	224
17.	Prova.....	225
17.1.	Conceito e objetivo	225

17.2.	Objeto	225
17.2.1.	Fatos que independem de prova.....	225
17.2.2.	Fatos que dependem de prova	226
17.2.3.	Prova do direito	226
17.3.	Prova proibida	227
17.3.1.	Conceito.....	227
17.3.2.	Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade.....	228
17.3.3.	Provas ilícitas nos termos do art. 157 do CPP	231
17.3.4.	Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica	235
17.3.5.	Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas	235
17.3.6.	Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96.....	241
17.3.7.	Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal	247
Jurisprudência.....		249
17.4.	Classificação das provas.....	249
17.5.	Meios de prova.....	250
17.6.	Ônus da prova.....	251
17.6.1.	Procedimento probatório	252
17.6.2.	Prova emprestada	252
17.6.3.	O álibi	253
17.7.	Sistemas de apreciação.....	253
17.8.	Princípios gerais das provas.....	254
17.9.	A providência cautelar da busca e apreensão.....	254
17.9.1.	Natureza jurídica	255
17.9.2.	Objeto	255
17.9.3.	Busca em repartição pública	255
17.9.4.	Busca domiciliar	256
17.9.4.1.	Restrição.....	256
17.9.4.2.	Horário	257
17.9.4.3.	Requisitos	257
17.9.5.	Busca pessoal	257
17.9.5.1.	Requisitos	257
17.9.5.2.	Restrições	257
17.9.6.	Da apreensão	257
17.10.	Das perícias	257
17.10.1.	Conceito	257
17.10.1.1.	Natureza jurídica	258
17.10.1.2.	Requisitos	258
17.10.1.3.	Determinação das perícias	259

17.10.1.4.	Espécies de perícias	259
17.10.1.5.	Do procedimento da perícia.....	259
17.10.1.6.	Laudo pericial	260
17.10.2.	Do exame de corpo de delito	261
17.10.2.1.	Conceito.....	261
17.10.2.2.	Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito.....	261
17.10.2.3.	Distinção entre exame de corpo de delito direto e indireto	261
17.10.2.4.	Indispensabilidade do exame de corpo de delito.....	261
Jurisprudência.....		264
17.10.2.5.	Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio	264
17.10.2.6.	Espécies	264
17.10.3.	Perito.....	265
17.10.3.1.	Conceito.....	265
17.10.3.2.	Espécies	265
17.10.3.3.	Impedimentos	265
17.10.4.	Perícia psiquiátrica	266
17.10.5.	Questões polêmicas.....	266
17.11.	Interrogatório.....	266
17.11.1.	Conceito.....	266
17.11.2.	Natureza	267
17.11.3.	Disposições legais que reforçam o interrogatório como meio de defesa	269
17.11.4.	Características	269
17.11.5.	Ausência de interrogatório no curso da ação	271
17.11.6.	Princípio da identidade física do juiz	271
17.11.7.	Interrogatório por videoconferência	272
17.11.8.	Silêncio e mentira do réu	275
17.11.9.	Espécies de interrogatório	275
17.11.10.	Revel	276
17.11.11.	O conteúdo do interrogatório.....	276
17.12.	Confissão. Conceito. Fatores determinantes.....	277
17.12.1.	Espécies de confissão.....	277
17.12.2.	Valor probante da confissão	277
17.12.3.	Características da confissão (CPP, art. 200).....	278
17.12.4.	Confissão ficta	278
17.12.5.	Delação	278
Jurisprudência.....		278
17.13.	Prova testemunhal ou testemunha.....	279
17.13.1.	Conceito	279
17.13.2.	Características da prova testemunhal.....	279
17.13.3.	Características das testemunhas.....	280

17.13.4.	Dispensas e proibições	281
17.13.5.	Testemunha suspeita. Conceito e distinções	282
17.13.6.	Causas de suspeição	282
17.13.7.	Contradita.....	282
17.13.8.	Número de testemunhas.....	282
17.13.9.	Classificação das testemunhas	283
17.13.10.	Deveres da testemunha.....	283
17.13.11.	Procedimento.....	284
17.13.12.	Termo	285
17.13.13.	Sistema de exame judicial	285
17.13.14.	Depoimento infantil	285
17.13.15.	Testemunho de policiais	285
17.13.16.	Incomunicabilidade	286
17.13.17.	Falso testemunho (art. 342 do CP)	286
17.13.18.	Lugar do depoimento	287
17.13.19.	Precatórias	287
17.13.20.	Militares e funcionários	288
17.13.21.	Ofendido	288
17.13.22.	Questões polêmicas.....	290
17.14.	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	291
17.14.1.	Definição e elementos	291
17.14.2.	Natureza jurídica	291
17.14.3.	Reconhecimento de pessoas	291
Jurisprudência.....		293
17.14.4.	Reconhecimento de coisas	293
17.15.	Acareação. Pressupostos	293
17.16.	Documentos.....	294
17.16.1.	Conceito legal	294
17.16.2.	Função do documento.....	294
17.16.3.	Produção	294
17.16.4.	Limitação da produção de prova documental	295
17.16.5.	Autor do documento	295
17.16.6.	Meio de formação do documento	295
17.16.7.	Conteúdo do documento	296
17.16.8.	Autenticidade.....	296
17.16.9.	Classificação geral dos documentos	296
17.16.10.	Documento e instrumento.....	297
17.16.11.	Instrumento público. Classificação. Eficácia	298
17.16.12.	Instrumento particular	299
17.16.13.	Força probante dos documentos particulares assinados.....	299
17.16.13.1.	Da autenticidade dos documentos particulares e seus efeitos	299
17.16.13.2.	Prova da data dos documentos particulares.....	300
17.16.14.	Força probante do telegrama, radiograma e outros meios	

	de transmissão	300
17.16.15.	Força probante das reproduções mecânicas.....	300
17.16.16.	Força probante dos documentos não assinados.....	300
17.16.17.	Originais e cópias.....	301
17.16.18.	Admissão de documento.....	301
17.16.19.	Desentranhamento de documentos	302
17.16.20.	Vícios dos documentos	302
17.16.21.	Falsidade e incidente	303
17.17.	Indícios e presunções.....	303
17.17.1.	Definições	303
17.17.2.	Natureza jurídica	303
17.17.3.	Valor probante	303
17.18.	Prova de fora da terra	304
17.19.	Prova antecipada.....	304
17.20.	Prova emprestada	304
17.21.	Delação. Definição, natureza e valor	304
Jurisprudência.....		306
Questões		306
18.	Das questões e processos incidentes	306
18.1.	Compreensão do tema	306
18.1.1.	Definição de prejudicialidade.....	307
18.1.2.	Elementos essenciais da prejudicialidade	307
18.1.3.	Classificação	307
18.1.4.	Sistemas de solução	309
18.1.5.	Prejudicial e prescrição	309
18.1.6.	Efeito	310
18.1.7.	Recurso contra despacho que suspende a ação	310
18.1.8.	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar ...	310
18.2.	As exceções.....	310
18.2.1.	Conceito	310
18.2.2.	Compreensão do tema	311
18.2.3.	Espécies	311
18.2.4.	Classificação tradicional	311
18.2.5.	Suspeição	312
18.2.5.1.	Processamento.....	313
18.2.5.2.	Requisitos da exceção.....	313
18.2.5.3.	Procedimento perante o juiz suspeito.....	314
18.2.5.4.	Procedimento perante o tribunal	314
18.2.5.5.	Contra quem pode ser alegada a suspeição?	314
18.2.5.6.	Cabe exceção de suspeição contra autoridades poli- ciais?	315
18.2.5.7.	Efeitos da suspeição.....	315
18.2.5.8.	Existe recurso contra reconhecimento espontâneo	

	de suspeição?	315
Jurisprudência.....		315
18.2.6.	Incompetência de juízo. Procedimento	316
18.2.7.	Litispêndência.....	317
18.2.7.1.	Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispêndência	317
18.2.7.2.	Recursos	317
18.2.8.	Ilegitimidade de parte	318
18.2.8.1.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i>	318
18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento	318
18.2.8.3.	Recursos	318
18.2.8.4.	Procedimento.....	319
18.2.9.	Coisa julgada.....	319
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material	319
18.2.9.2.	História.....	319
18.2.9.3.	Teorias.....	320
18.2.9.4.	Função.....	321
18.2.9.5.	Natureza jurídica	321
18.2.9.6.	Cabimento da exceção de coisa julgada	321
18.2.9.7.	Rito	322
18.2.9.8.	Fases	322
18.2.9.9.	A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes.....	323
18.2.10.	Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	323
18.2.11.	Conflito de jurisdição.....	323
18.2.11.1.	Conceito e espécies.....	323
18.2.11.2.	Conflito de atribuições	324
18.2.11.3.	Processamento	324
18.2.11.4.	Competência para julgar	325
18.2.12.	Restituição de coisas apreendidas	325
18.2.12.1.	Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	326
18.2.12.2.	Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime	326
18.2.12.3.	Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	327
18.2.12.4.	Produtos diretos e indiretos do crime.....	327
18.2.12.5.	Restituição feita pela autoridade policial.....	328
18.2.12.6.	Restituição feita pelo juiz criminal.....	329
18.2.12.7.	Direito de terceiro de boa-fé.....	329
18.2.12.8.	Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	329
18.2.12.9.	Coisas adquiridas com os proventos do crime	330
18.2.12.10.	Destino dos objetos apreendidos	331
18.2.12.11.	Coisas apreendidas em face de descaminho ou con-	

trabando	333
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo? ..	333
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	335
18.2.13. Medidas assecuratórias	337
18.2.13.1. Considerações iniciais	337
18.2.13.1.1. O papel da vítima	337
18.2.13.1.2. O processo reparatório	337
18.2.13.2. Medidas assecuratórias	338
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP	339
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro	340
18.2.13.2.3. Competência	340
18.2.13.2.4. Recurso	340
18.2.13.2.5. Procedimento	340
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro	340
18.2.13.2.7. Competência para julgar os embargos	341
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro	341
18.2.13.2.9. Leilão e depósito	341
18.2.13.3. Hipoteca legal	342
18.2.13.3.1. Classificação	342
18.2.13.3.2. Oportunidade	342
18.2.13.3.3. Pressupostos	343
18.2.13.3.4. Finalidades	343
18.2.13.3.5. Liquidação	343
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP	344
18.2.13.4.1. Oportunidade	344
18.2.13.4.2. Pressupostos	344
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal	344
18.2.14. Incidente de falsidade	345
18.2.14.1. Processamento	345
18.2.14.2. Efeitos	346
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimen- to	346
Questões	347
19. Sentença	347
19.1. Breve histórico	347
19.2. Natureza jurídica	348
19.3. Classificação das decisões	348
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito	349
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito	349
19.4.2. Requisitos formais da sentença	349
19.4.3. Sentença suicida	350

19.4.4.	Embargos declaratórios	350
19.4.4.1.	Requisitos para a oposição dos embargos	351
19.4.5.	Efeitos da sentença.....	351
19.4.6.	Princípio da correlação.....	352
19.4.7.	<i>Emendatio libelli</i>	352
19.4.8.	<i>Mutatio libelli</i>	353
19.5.	Sentença absolutória.....	355
19.5.1.	Efeitos da sentença absolutória.....	356
19.6.	Sentença condenatória	356
19.6.1.	Efeitos da sentença condenatória	356
19.6.2.	Publicação.....	357
19.6.3.	Inalterabilidade ou retificação da sentença.....	357
19.6.4.	Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP)	357
19.6.5.	Taxa judiciária	358
19.6.6.	Detração penal na sentença penal condenatória.....	358
19.7.	Crise da instância.....	358
Questões.....		359
20.	Dos processos em espécie.....	359
20.1.	Processo e procedimento	359
20.1.1.	Definição de processo.....	359
20.1.2.	Sistemas processuais.....	359
20.1.3.	Características do sistema acusatório	359
20.1.4.	Pressupostos de existência da relação processual	359
20.1.5.	Pressupostos de validade da relação processual.....	360
20.1.6.	Distinção entre processo e procedimento	360
20.1.7.	Das disposições legais sobre os procedimentos penais.....	360
20.1.7.1.	Noções introdutórias.....	360
20.1.7.2.	Procedimento comum. Âmbito de incidência	361
20.2.	Procedimento ordinário.....	363
20.2.1.	Início da instrução	363
20.2.1.1.	Resposta à acusação e absolvição sumária	363
20.2.2.	Audiência de instrução e julgamento.....	366
20.3.	Procedimento sumário.....	370
20.3.1.	Introdução.....	370
20.3.1.1.	Procedimento judicialiforme foi revogado.....	371
20.3.1.2.	Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988	371
20.3.1.3.	Rito procedimental	371
20.4.	Da citação.....	374
20.4.1.	Conceito	374
20.4.2.	Quem determina a citação.....	374
20.4.3.	Falta de citação	374
20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da	

	citação.....	375
20.4.5.	Efeitos da citação válida	375
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação	375
20.4.7.	Classificação	376
20.4.8.	Da citação por mandado.....	376
	20.4.8.1. Requisitos intrínsecos da citação por mandado.....	377
	20.4.8.2. Requisitos extrínsecos da citação por mandado.....	377
	20.4.8.3. Dia e hora da citação	377
20.4.9.	Citação por carta precatória.....	378
	20.4.9.1. Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória	378
	20.4.9.2. Caráter itinerante da carta precatória.....	378
	20.4.9.3. Interrogatório por carta precatória	378
20.4.10.	Citação do militar	378
20.4.11.	Citação do preso.....	379
20.4.12.	Citação do funcionário público.....	379
20.4.13.	Réu no estrangeiro	379
20.4.14.	Citação por carta de ordem	380
20.4.15.	Citação por edital	380
	20.4.15.1. Pressuposto da citação por edital	380
	20.4.15.2. Hipóteses legais de citação por edital	380
	20.4.15.3. Prazo do edital	381
	20.4.15.4. Requisitos da citação por edital.....	382
	20.4.15.5. Formalidades extrínsecas à citação por edital	382
20.4.16.	“Citação circunduta”.....	383
20.4.17.	Suspensão do processo e do prazo prescricional.....	383
	20.4.17.1. Principais questões decorrentes da atual lei	383
20.5.	Intimação.....	385
	20.5.1. Definição.....	385
	20.5.2. Distinção entre intimação e notificação	385
	20.5.3. Regra geral	386
	20.5.4. Publicação.....	386
	20.5.5. Regras especiais	386
20.6.	Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001).....	388
	20.6.1. Introdução.....	388
	20.6.2. Âmbito de incidência: conceito de menor potencial ofensivo	390
	20.6.3. Regras especiais.....	390
	20.6.4. Procedimento sumaríssimo	394
	20.6.4.1. Fase preliminar e transação penal.....	394
	20.6.4.2. Fase processual	400
	20.6.4.3. Suspensão condicional do processo	404
	20.6.5. Questões finais.....	407
	20.6.5.1. Suspensão condicional do processo	407

20.6.5.2.	Representação do ofendido	408
20.6.5.3.	Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo	408
20.6.5.4.	Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	408
20.6.5.5.	Não pagamento da pena de multa na transação penal.....	409
20.6.5.6.	Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais	409
Jurisprudência.....		412
20.7.	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	412
20.7.1.	Procedimento dos crimes falimentares.....	412
20.7.1.1.	Inquérito judicial.....	412
20.7.1.2.	Recebimento da denúncia. Motivação	412
20.7.1.3.	Competência	413
20.7.1.4.	Rito	413
20.7.1.5.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	413
20.7.1.6.	Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal.....	413
20.7.1.7.	Relatório	414
20.7.1.8.	Ação penal.....	414
20.7.1.9.	Efeitos da condenação	414
20.7.1.10.	Prescrição.....	414
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra.....	415
20.7.2.1.	Introdução	415
20.7.2.2.	Procedimento.....	416
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento.....	419
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais.....	419
20.7.3.1.	Introdução	419
20.7.3.2.	Procedimento.....	419
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial....	420
20.7.4.1.	Introdução	420
20.8.	Procedimento de competência do Júri popular	422
20.8.1.	Breve histórico.....	422
20.8.2.	Organização do Júri.....	423
20.8.3.	Soberania dos veredictos	424
20.8.4.	Rito escalonado	425
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	425
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	431
20.8.4.2.1.	Recebimento da sentença de pronúncia transitada em julgado	431
20.8.4.2.2.	Desaforamento.....	431
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão.....	432

20.8.4.2.4. Formação do conselho de sentença.....	433
20.8.4.2.5. Atos instrutórios.....	434
20.8.4.2.6. Debates.....	435
20.8.4.2.7. Provas novas.....	436
20.8.4.2.8. Formulação dos quesitos.....	437
Jurisprudência.....	438
20.8.4.2.9. Votação.....	439
20.8.4.2.10. Sentença.....	439
20.8.4.2.11. Ata do julgamento.....	441
20.8.4.2.12. Atribuições do juiz-presidente.....	441
20.8.5. Questões finais específicas sobre Júri.....	441
20.8.5.1. Exame de insanidade mental.....	441
20.8.5.2. Conferência da urna.....	442
20.8.5.3. Número mínimo de jurados.....	442
20.8.5.4. Momento de arguir as nulidades.....	442
20.8.5.5. Autor principal e partícipe.....	442
20.8.5.6. Incomunicabilidade entre jurados.....	442
20.8.5.7. Juiz togado que abandona plenário.....	442
20.8.5.8. Recusa ou aceitação de jurados.....	443
20.8.5.9. Compromisso dos jurados.....	443
20.8.5.10. Interrogatório. Nulidades.....	443
20.8.5.11. Cópias aos jurados.....	443
20.8.5.12. Testemunhas.....	443
20.8.5.13. Testemunhas. Pergunta direta.....	443
20.8.5.14. Acareação.....	444
20.8.5.15. Dispensa de testemunhas.....	444
20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca.....	444
20.8.5.17. Testemunha que não comparece.....	444
20.8.5.18. Depoimento pessoal.....	445
20.8.5.19. Debates.....	445
20.8.5.20. Réplica e tréplica.....	445
20.8.5.21. Apartes.....	445
20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	445
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha.....	445
20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	446
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar....	446
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	446
20.8.5.27. Sala secreta.....	446
20.8.5.28. Contradição nas respostas.....	447
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri.....	447
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos.....	448
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento.....	448

20.9.	Procedimento criminal dos crimes de drogas.....	448
20.9.1.	Lei n. 11.343/2006.....	448
20.9.2.	Procedimento esquemático	449
20.9.2.1.	Na polícia.....	449
20.9.2.2.	Em juízo.....	449
20.10.	Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006)	452
Jurisprudência.....		453
Questões.....		455
21. Nulidades.....		455
21.1.	Quadro comparativo dos vícios processuais.....	457
21.2.	Princípios básicos das nulidades.....	461
21.2.1.	Princípio do prejuízo	461
21.2.2.	Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual.....	461
21.2.3.	Princípio da causalidade ou da sequencialidade	461
21.2.4.	Princípio do interesse.....	462
21.2.5.	Princípio da convalidação	462
Jurisprudência.....		463
21.2.6.	Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i> ...	463
21.3.	Nulidades em espécie.....	464
21.4.	Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	485
Questões.....		486
22. Recursos.....		486
22.1.	Conceito. Origem.....	486
22.2.	Fundamentos	487
22.3.	Pressupostos processuais	488
22.3.1.	Pressupostos objetivos	488
22.3.2.	Pressupostos subjetivos	493
22.4.	Interposição	495
22.5.	Efeitos.....	498
22.6.	Extinção	499
22.7.	Apelação.....	499
22.7.1.	Origem etimológica	499
22.7.2.	Conceito	500
22.7.3.	Características.....	500
22.7.4.	Apelação plena e limitada	501
22.7.5.	Legitimidade e interesse	502
22.7.6.	Apelação subsidiária do apelo oficial	503
22.7.7.	Prazo da apelação do assistente da acusação	504
22.7.8.	Renúncia e desistência.....	504
22.7.9.	Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular.....	505

22.7.10.	Apelação das decisões do Júri	506
22.7.11.	Prazo	508
22.7.12.	Processamento	509
22.7.13.	Liberdade provisória	510
22.7.14.	Apelação sumária	510
22.7.15.	Apelação ordinária	510
22.7.16.	Deserção.....	510
22.7.17.	Efeitos.....	510
22.7.18.	<i>Reformatio in pejus</i>	511
22.7.19.	<i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	511
22.7.20.	<i>Reformatio in mellius</i>	512
22.8.	Recurso em sentido estrito.....	512
22.8.1.	Conceito	512
22.8.2.	Cabimento	512
22.8.3.	Competência para o julgamento	521
22.8.4.	Prazos	521
22.8.5.	Processamento	521
22.8.6.	Efeitos.....	522
Jurisprudência.....		523
22.9.	Protesto por novo Júri.....	523
22.9.1.	Conceito	523
22.10.	Carta testemunhável.....	524
22.10.1.	Conceito	524
22.10.2.	Origem histórica	524
22.10.3.	Natureza jurídica	524
22.10.4.	Procedimento.....	525
Jurisprudência.....		525
22.11.	Correição parcial	526
22.11.1.	Conceito	526
22.11.2.	Natureza jurídica	526
22.11.3.	Previsão legal.....	526
22.11.4.	Legitimidade ativa	526
22.11.5.	Objeto do recurso	526
22.11.6.	Processamento.....	527
22.12.	Embargos infringentes.....	528
22.12.1.	Conceito	528
22.12.2.	Prazo	528
22.12.3.	Cabimento	528
22.12.4.	Procedimento.....	528
22.13.	Embargos declaratórios.....	529
22.13.1.	Conceito	529
22.13.2.	Natureza jurídica.....	530
22.13.3.	Prazo	530
22.13.4.	Pressupostos.....	530

22.13.5. Legitimidade	531
22.13.6. “Embarguinhos”	531
22.13.7. Efeito suspensivo	531
Jurisprudência.....	532
22.14. Revisão criminal.....	532
22.14.1. Conceito	532
22.14.2. Origem histórica	532
22.14.3. Natureza jurídica.....	533
22.14.4. Legitimidade	533
22.14.5. Prazo.....	534
22.14.6. Cabimento.....	534
22.14.7. Admissibilidade.....	535
22.14.8. Competência	535
22.14.9. Processamento	536
22.15. Habeas corpus.....	537
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo.....	537
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	538
22.15.3. Conceito	539
22.15.4. Natureza jurídica	539
22.15.5. Espécies.....	540
22.15.6. Legitimidade ativa	540
22.15.7. Legitimidade passiva	540
22.15.8. Admissibilidade.....	540
22.15.9. Competência.....	543
22.15.10. Impetração.....	544
22.15.11. Processamento	544
22.15.12. Julgamento e efeitos	545
22.15.13. Recursos	545
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal.....	545
22.16.1. Conceito	545
22.16.2. Admissibilidade	546
22.16.3. Legitimidade ativa	546
22.16.4. Legitimidade passiva	547
22.16.5. Competência.....	548
22.16.6. Procedimento.....	548
22.17. Recurso extraordinário	552
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	552
22.17.2. Condições de admissibilidade.....	553
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitucionais.....	556
22.17.3. Legitimidade	558
22.17.4. Interposição e processamento	558
22.17.4.1. Efeito suspensivo	560
22.17.5. Súmula vinculante.....	562
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção.....	562

22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal.....	562
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante.....	563
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante	563
22.17.5.5. Publicação.....	563
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante	563
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante.....	563
22.17.5.8. Procedimento.....	564
22.17.5.9. Reclamação	564
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004.....	564
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal ...	565
22.18. Recurso especial.....	565
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	565
22.18.2. Condições de admissibilidade.....	566
22.19. Recurso ordinário constitucional	567
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal	567
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça	568
22.19.3. Procedimento.....	568
Questões.....	568
<i>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça</i>	<i>on-line</i>
<i>Súmulas do Supremo Tribunal Federal</i>	<i>on-line</i>
<i>Súmulas Vinculantes.....</i>	<i>on-line</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>571</i>